

## A FAMÍLIA E A RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA COM A ESCOLA BÁSICA

*Márcia Maria Dias Reis Pacheco*

Doutora em Educação pelo Programa de Psicologia da Educação da Pontifícia  
Universidade Católica – PUC-SP .  
marreispacheco@ig.com.br

*Meire Vana Pavani*

Mestranda em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais  
mv.pavani@hotmail.com

### RESUMO

A composição familiar vem sofrendo alterações ao longo da história o que vem interferindo no acompanhamento escolar e no desenvolvimento da criança, demandando da escola ações que busquem suprir esse novo contexto, para que possa cumprir sua função social. O objetivo deste artigo é analisar a influência da composição familiar e suas práticas educativas no processo de aprendizagem da criança e as intervenções que a escola vem procurando efetivar, focando a realidade brasileira e trazendo definições conceituais do que sejam práticas educativas e acompanhamento familiar. Quanto à metodologia, esta pesquisa se apresenta quanto à forma de abordagem da temática, como qualitativa, do ponto de vista de seus objetivos, exploratória e com relação aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como bibliográfica.

**Palavras-chave:** Práticas Educativas. Direitos. Desenvolvimento Humano.

### ABSTRACT

The familiar composition comes suffering alterations throughout history what it comes intervening with the pertaining to school accompaniment and the development of the child, demanding of the school action that they search to supply this new context, so that it can fulfill its function social. The objective of this article is to analyze the influence of educative practical the familiar composition and its in the process of learning of the child and the interventions that the school comes looking for to accomplish, focando the Brazilian reality and bringing conceptual definitions of what they are practical educative and familiar accompaniment. How much to the methodology, this research if presents how much to the form of thematic boarding of, as the qualitative one, of the point of view of its objectives, exploratória and with regard to the procedures technician, it is characterized as bibliographical.

**Keywords:** Practical Educative. Rights. Human Development.

## INTRODUÇÃO

A família vem sendo foco dos olhares dos pesquisadores das ciências sociais, devido a grande transformação que vem sofrendo desde a década de 60 e pela interferência que essa mudança promove na sociedade.

Isso foi constatado no levantamento do Estado do Conhecimento realizado para a elaboração deste artigo. Utilizando os descritores família, relações e escola, as bases Scielo e Capes serviram como referencial para a pesquisa bibliográfica, que teve como recorte de 2007 a 2012, contando com relevante material de pesquisa.

Desde a década de 60 arranjos familiares foram se estabelecendo, sua estrutura se modificando. Mudança sociocultural, necessidades financeiras, satisfação pessoal, a mulher adentrou o mercado de trabalho, deixando filhos em tenra idade sob o cuidado de agregados da família ou nas creches.

Szymansky (2006) contribui com a reflexão sobre o processo de socialização da criança pontuando que o papel de socializadora primária da família, por vezes centrada na figura da mãe, que não é a única responsável pelo processo, mas é a que exerce influência preponderante sobre a criança, foi terceirizado para avós, irmãos mais velhos, agregados ou creches.

As práticas educativas das mães que permaneciam em casa e tinham como prioridade os cuidados com o lar e com os filhos, também sofreram alterações, passaram a conflitar com o acúmulo de papéis sociais que a mulher exerce atualmente.

A escola também vem sofrendo mudanças em sua estrutura e função. Para desenhar o contexto político educacional onde todas essas variantes se relacionam, Gatti, Barreto e André (2011), contribuem com o relatório elaborado com base em dados coletados na Organização das Nações Unidas (UNESCO). Apontam que há uma demanda mundial desencadeada por diversos grupos sociais em pressionar por resultados educacionais, que estão diretamente ligados na formação do professor e nas condições de trabalho.

No Brasil há diversas ações articuladas que podem dar indícios da importância social e política que o governo dá à educação, porém um longo caminho ainda a ser percorrido no que se refere a formação inicial e continuada, valorização profissional expressa em salário e plano de carreira.

A escola busca na família a parceria, a divisão de responsabilidade nos acompanhamentos e nos resultados obtidos, que nem sempre são satisfatórios. Para

Polonia e Dessen (2005), a escola nem sempre encontra o apoio esperado e sozinha acaba assumindo, além do seu papel formador, o papel afetivo que anteriormente cabia à família.

Dessa forma, sofre as influências que os novos arranjos familiares promovem nas relações escolares entre alunos, alunos e equipe escolar, família e equipe escolar. Anseia que a família tenha uma participação efetiva no acompanhamento escolar do filho, o que nem sempre ocorre na proporção desejada.

É neste contexto sócio educacional que trataremos de conceituações de prática e acompanhamento educacional, a influência da composição familiar e suas práticas educativas no processo de aprendizagem da criança e as intervenções que a escola vem procurando efetivar, focando a realidade brasileira.

## **METODOLOGIA**

Para atingir a finalidade proposta, o levantamento de dados foi realizado por meio de pesquisa exploratória, que tem o objetivo de proporcionar visão geral, que possibilitará descrever a organização e estrutura das famílias contemporâneas, a influência sobre as práticas educativas e o processo de acompanhamento da aprendizagem dos filhos, baseado na pesquisa bibliográfica.

O Estado do Conhecimento objetiva proporcionar um panorama de publicações científicas, contemplando tema, conteúdo, metodologia e resultados já obtidos, o que possibilita uma variação de aspectos para reflexões sobre o que já foi pesquisado, encontrar teóricos que dialogam ou divergem, possibilitando que lacunas sejam encontradas, abrindo possibilidade de novos estudos.

O principal critério estabelecido para a busca das publicações científicas foi o período da publicação, de 2007 à 2010, com exceções que se fizeram importantes para o estudo, considerando que nesse recorte de tempo novas pesquisas foram realizadas que possibilitaram fluxo de informações.

Optou-se pelos descritores “família, relações e escola” pela importância que as relações entre família e escola têm no processo de desenvolvimento humano, a busca foi realizada nas bases Scielo e Capes, considerando a credibilidade das mesmas.

Os dados levantados nos artigos, teses e dissertações serviu para ampliar o conhecimento sobre as relações entre família e escola. O material foi organizado em um

quadro comparativo das posições de diferentes autores com o objetivo de favorecer o conhecimento sobre a temática, indicar os aspectos convergentes ou divergentes das pesquisas, e ainda ampliar as possibilidades de estudos sobre o tema. Segundo Moroz (2002, p.43) com a utilização desse tipo de quadro “ [...] clarificam-se os pontos concordantes entre autores, os específicos a cada autor, os que podem ser complementares, os que são discordantes, os itens não referidos pelos autores.

Assim, organizou-se um quadro com os principais tópicos da pesquisa realizada: referência bibliográfica, objetivo, abordagem, enfoque, método e resultados. Essas categorias foram definidas por serem referentes aos componentes fundamentais para a elaboração e divulgação de uma pesquisa científica.

## **FAMÍLIA**

As políticas educacionais preconizam a gestão participativa nas escolas, propondo parceria, o que pressupõe também o acompanhamento da vida escolar dos filhos, seja por meio das tarefas para casa ou na presença nas reuniões de pais. Pressupõe que essa família está organizada com tempo e espaço físico e a mãe, disponível em casa para os acompanhamentos.

Desconsidera que muitas dessas famílias têm composições diferentes das nucleares (SZYMANSKY, 2006) como no tempo da colonização portuguesa. Hoje são reconhecidas como monoparentais (BERTHOUD, 2003), formadas por um adulto, que não necessariamente o pai ou a mãe, e filhos.

Szymansky (2006) descreve a família nuclear como composta por pai, mãe e filhos, vivendo numa casa, modelo que a sociedade e a mídia se utilizam como referência, popularizando esse desenho a ser seguido e, quem não se enquadra, vive como alguém que se desviou do modelo.

As famílias monoparentais (BERTHOUD, 2003) são aquelas formadas por ascendente e um adulto que pode ser o pai ou a mãe. Essas famílias se formam à partir da dissolução dos casamentos ou pela opção da mulher em ter filhos sozinhas, sem o reconhecimento paterno.

Historicamente, no período colonial, as famílias brasileiras eram compostas de pai, mãe e filhos, sendo que a figura paterna constituía-se de autoritarismo e distanciamento da esposa e da prole. Enquanto que à mulher cabia o papel de

procriadora e mantenedora do bem precioso que era o nome da família, herdado de seu pai e adquirido pelo marido.

Segundo Oliveira (2002), essa relação familiar sofreu alterações com a chegada da Corte no Brasil, interesses políticos inserem o conceito de cidadania nas famílias com o propósito de manutenção da família real. Entende-se aqui cidadania como conceito simples de trabalho para proteção ao rei, não o conceito de apropriação de direitos.

Ainda em seus escritos, Oliveira afirma que a partir da década de 60 com movimentos culturais, tecnológicos e o pós guerra, coloca-se em dúvida normas rígidas familiares, principalmente sobre a mulher, que, em nome da liberdade ou necessidade financeira, sai do contexto de submissão familiar para o mercado de trabalho.

A lei do divórcio<sup>1</sup> também exerceu influências na liberação do vínculo matrimonial, muitas famílias nucleares tornaram-se monoparentais, centrando na figura da mulher a manutenção afetiva e, muitas vezes, financeira.

Há reconhecimento da responsabilidade familiar pela tarefa de socialização, coerente com um sistema de crenças e valores. A presença quase exclusiva das mulheres indicou como o papel de educadora era assumido pelas mães, que se escudavam na autoridade masculina refratária a mudanças, para implementação de seus métodos educacionais (SZYMANSKY, 2006, p. 89).

Desta forma, é possível inferir que qualquer reflexão que possa ser realizada sobre a família e sua inter relação com a escola parta do pressuposto de que a família mudou em estrutura e dinâmica, não pode ser idealizada. É preciso que sobre ela se coloque foco para entender a dinâmica e as práticas educativas, para que assim se estabeleça o entendimento quanto a sua complexidade e os meandros da relação entre ela e a escola, de parceria e não de culpabilização.

Na análise da literatura que versa sobre a família e escola encontrou-se divergência entre autores quanto à definição de família, porém a que mais se aproxima dos objetivos deste artigo é a de Dessen e Polonia (2007), que caracterizam a família como a primeira mediadora entre a criança e a sociedade.

Seria por meio das interações afetivas, cognitivas e pelos signos que se processa a socialização primária da criança. Essas interações não são estáticas, variam e são estabelecidas pelas condições materiais, da construção histórica e cultural, ou seja, o

---

<sup>1</sup> Lei nº 6515 de 1977.

que é transmitido pela família de geração em geração, no que a avó foi modelo para a mãe, o que internalizou e transmitiu para a criança. É no estabelecimento da comunicação e interpretação dos signos a família gera modelos de relação interpessoal, repertoriando o comportamento, as ações e estratégias de resolução de conflitos.

São essas vivências que, segundo Dessen e Polonia (2007), são influenciados e influenciam as relações sociais e, numa dimensão maior, mudam a sociedade e influenciam as famílias futuras, propiciando que o desenvolvimento humano ocorra.

Para além da transmissão de regras e valores sociais, a segurança é outro fator preponderante nesse processo. Szymansky (2006), Dessen e Polonia (2007) ao tratar do contexto familiar convergem no que se refere ao papel socializador, mas Szymansky (2006) assevera que, por vezes, é a própria família o núcleo gerador de insegurança e violência, influenciando o processo cognitivo da criança.

A instabilidade afetiva presente nas relações familiares reflete nos domínios escolares, espelha relações tumultuadas, intensifica a dificuldade de resolver pequenos conflitos que tomam grande dimensão, interferindo na aprendizagem. A escola que têm em si seu cartel de dificuldades acaba por invadir o papel que, anteriormente, cabia somente à família, o afeto.

Viver em família remete a um modo de se tratar mutuamente, de cuidar de cada um e da própria vida familiar, carregado de afetividade, com sentido nem sempre explicitado e sob o peso de tradições passadas de geração em geração (SZYMANSKY, 2006, p.82).

A discussão sobre as questões relacionais não é recente, inquieta o íntimo daqueles que se incomodam com as dificuldades do outro, mobilizando pessoas a buscarem respostas.

Dubar (2005) é trazido para essa reflexão pela pertinência dos seus estudos, assim como Szymansky, aprofundam o olhar sobre a família dissecando as variantes que a envolve. Não se detém na superficialidade rotulando, inserem-se em suas particularidades para entender suas razões.

Dubar (2005) se valendo da teoria piagetiana, aponta que a educação moral e as regras de cooperação endossam as práticas educativas das famílias. Entende-se que essas regras de cooperação compreendem ações participativas, de indivíduos autônomos e atuantes, sem medo de punição pelos erros.

Discorre sobre as diferenças de estruturas ambientais das famílias e como influenciam no processo de aprendizagem. Aponta que o processo de socialização acontece por meio da interação do sujeito com o objeto, que o capacita a realizar operações racionais, ao mesmo tempo em que essa construção o torna apto à cooperação, ou seja, a construção e validação das regras e normas que regulam a sociedade. (DUBAR, 2005)

Essa interação é propiciada pela família, na figura do cuidador<sup>2</sup>, e o objeto que se apresenta são as regras de convívio. Como lidar com o outro, com os anseios, os limites, como agir nos conflitos, inerentes ao ser humano, mas que não precisa ser fonte de violência.

Cada família circula num modo particular de emocionar-se, criando uma 'cultura' familiar própria, com seus códigos, com uma sintaxe própria para comunicar-se e interpretar comunicações, com suas regras, ritos e jogos. Além disso, há o emocionar pessoal e o universo pessoal de significados (SZYMANSKY, 2006, p. 25).

No entanto, a maneira como esse cuidador lida com a sua própria socialização darão o tom às práticas que utilizará na socialização da criança. A forma como lida com a conformação às regras às quais está sujeito, propiciará a escolha das estratégias com as quais atuará na socialização da criança. Ressaltam-se a responsabilidade dos pais ao delegar a terceiros, mesmo que pessoas de sua confiança, as implicações desse processo.

Os conhecimentos construídos permitem ao sujeito entender o que o cerca e aos outros, levando-o à cooperação. Ou seja, construindo conhecimentos referentes ao mundo e ao outro que integra o(s) grupo(s) do(s) qual(is) participa, o indivíduo vai se socializando e participando da validação ou construção de novas regras sociais.

Como contribuição a essa discussão apresenta-se as pesquisas mencionadas nos estudos de Dubar (2005), sobre os mecanismos responsáveis pela desigualdade social e fracasso escolar realizadas por Lautray (1984), Bernstein (1971) e Estabelet, (1971).

Lautray (1984) trabalha com a hipótese de que as condições de vida e de trabalho ligados ao estatuto socioeconômico dos pais determinam as práticas educativas que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento intelectual da criança (LAUTRAY, 1984 apud DUBAR, 2005).

Na concepção de Lautray (1984) a estrutura familiar pode ser organizada em fraca, rígida e flexível enquanto a determinação de regras, valores e práticas educativas

---

<sup>2</sup> Cuidador é um termo utilizado em literatura específica, pessoa da família ou agregado, figura importante no processo de socialização da criança, além da mãe.

que propiciem aprendizagem. A estrutura fraca compreende uma família que não possui regras de convivência claras e possui poucos estímulos internos para proporcionar à criança oportunidade de desenvolvimento cognitivo e autonomia. A rígida possui regras fixas e baseadas em punição diante do erro e, do ponto de vista de aprendizagem, é pouco favorável para o processo de construção da aprendizagem. A flexível possui regras condicionais e simultaneamente possui oportunidades de desequilíbrio e estruturação que estimule o processo de aprendizagem da criança. (LAUTRAY, 1984 apud DUBAR, 2005).

Os resultados apresentados Lautray (1984) indicam que do ponto de vista do estágio de desenvolvimento operatório, crianças educadas em ambiente flexível estão em avanço em relação aos outros dois grupos. Ele estabelece uma correlação entre a profissão do pai e as regras estabelecidas na família. Considera que quanto mais elevada a profissão do pai do ponto de vista social, mais flexível a estruturação familiar, ao passo que o contrário também é verdadeiro. Ou seja, as vivências profissionais não estão dissociadas da construção do indivíduo, são construções que o levam a se modificar e reproduzir ações, estratégias e conceitos. (LAUTRAY, 1984 apud DUBAR, 2005).

Já Bernstein (1971) questiona se o sucesso escolar se mede pelo estágio de desenvolvimento mental ou pelo grau de adequação das regras, valores e signos do universo familiar e escolar. A pesquisa aponta que o código lingüístico que rege as comunicações, principalmente entre a mãe e a criança, é de grande importância para o sucesso escolar. Famílias que têm um vocabulário restrito as crianças tendem a ter rendimento diferente da criança que tem em casa pais com vocabulário mais rico. (BERNSTEIN, 1971 apud DUBAR, 2005)

Estabelet (1971) em sua pesquisa assinala a influência do nível de instrução e da origem social das mães sobre o sucesso escolar dos filhos. O autor afirma que é forte a influência da mudança biográfica e cultural de gerações sobre o rendimento escolar da criança. (ESTABELET, 1971 apud DUBAR, 2005).

Nesse sentido Dubar (2005) aborda a importância da socialização, realizando uma distinção entre socialização primária e socialização secundária. Pela socialização primária, a criança é imersa no mundo social, um mundo simbólico e cultural; no entanto, ela não apreende esse mundo como uma possibilidade, como um universo possível entre todos, mas como “[...] o único mundo existente e concebível, o mundo

*tout court*<sup>3</sup>.” (DUBAR, 2005,p.120) Essa imersão se faz a partir de um conhecimento de base que serve de referência para que ela consiga objetivar o mundo exterior, ordená-lo por intermédio da linguagem, bem como refletir e projetar ações passadas e futuras. É a “incorporação desse “saber básico” no e com o aprendizado “primário” da linguagem (falar,depois ler e escrever) que constitui o processo fundamental da socialização primária, já que assegura simultaneamente “a posse subjetiva de um eu e de um mundo” e, portanto, a consolidação dos papéis sociais [...]” (DUBAR, 2005, p.120-121). Os saberes básicos incorporados pelas crianças dependerão, não somente das relações entre a família e o universo escolar, mas também de sua própria relação com os adultos responsáveis pela socialização.

Assim, destaca-se a importância da socialização primária, do papel da que a família desempenha para a criança. Entretanto, Berger e Luckman (1996, p. 184) advertem que “[...] a socialização nunca é total nem está jamais acabada”. Para eles, é preciso investigar como é mantida na consciência a realidade interiorizada na socialização primária e como ocorrem as interiorizações da socialização secundária. Sobressai assim a importância da socialização que ocorre na escola.

## **ESCOLA**

Segundo Szymansky (2010) a escola, assim como a família, tem como função preparar os jovens para a inserção social, possui regras de convivência, articulando conhecimentos produzidos socialmente. Difere da família por realizar o processo de socialização por meio do currículo, considerando os aspectos cognitivos, afetivos e procedimentais.

Dessa forma, o foco central da escola é a apreensão do conhecimento, partindo do currículo e das práticas pedagógicas que lhe são próprias, priorizando as atividades educativas formais. Para Dessen e Polonia (2007) a escola é um espaço adequado ao desenvolvimento da aprendizagem, pois considera os aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos na formação do indivíduo.

Como um microsistema da sociedade, ela não apenas reflete as transformações atuais como também tem que lidar com as diferentes

---

<sup>3</sup> *tout court* 'tal qual, sem nada a acrescentar' –tradução: <http://www.dicionarioinformal.com.br>

demandas do mundo globalizado. Uma de suas tarefas mais importantes embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 25).

A educação formal não pode ser realizada sem estar contextualizada em seu tempo e espaço. O desenvolvimento da criticidade, por exemplo, nem sempre foi o objetivo da educação brasileira. Oliveira (2002) apresenta um rápido panorama histórico brasileiro da evolução da educação e mostra que esta sempre foi utilizada por minorias com interesses próprios.

No período da colonização brasileira a educação, a cargo da Companhia de Jesus, esteve a serviço da igreja católica, utilizando-se de instrumentos de coerção. Com a chegada da família real, Marquês de Pombal expulsa os jesuítas e assume a educação formal, colocando-a a disposição para a manutenção e proteção da família real com o objetivo de formar uma elite de dirigentes. Esse é o panorama de Oliveira (2002) que permitiu esse retrospecto da escolarização no período colonial do país.

Em 1824 surge a idéia de escola pública, mas somente após a Revolução de 30 que ocorrem transformações no país com um ideal libertário de que a escola deveria formar indivíduos esclarecidos e cientes da cidadania.

Apesar de vigorar por muito tempo apenas nas camadas sociais mais abastadas, e só se estender às meninas no final do séc. XVIII e início do séc. XIX, a escolarização foi fundamental para a construção da civilização moderna (BERTHOULD, 2003, p. 28).

E na Constituição (BRASIL, 1988) que se estabelecem com clareza os papéis da família e do poder público e a natureza do ensino público e gratuito, esclarecendo que o ensino é direito de todos e dever da família e do Estado. O § 3º do artigo 208 assinala a responsabilização dos pais quanto ao acompanhamento e da frequência escolar dos filhos.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

No mesmo sentido o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, em art. 4º assevera:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Segundo Szymansky (2006) a família vê na educação formal oferecida pela escola a possibilidade de inserção social e profissional do filho e a ele transfere a expectativa de inserção social que não teve acesso. A família de classe social menos favorecida acredita que a educação formal é a saída para suas dificuldades socioeconômicas, estabelecendo uma expectativa de vida sobre a instituição.

A vivência que a criança traz carregada da prática educativa familiar é o ponto de partida para a aprendizagem escolar e Paro (2008), assim como Szymansky (2010), fazem diferenciação entre a prática educativa da escola e da família. Concordam que há particularidades que não cabem à família, pois a escola é quem provê a sistematização dos conteúdos específicos, fundamentais para a manutenção do saber construídos pela sociedade.

## **RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA**

Se a prática escolar é sistematizada por currículo, como se definiria a prática educativa familiar e como se dá sua sistematização? Segundo Szymansky (2006), a prática educativa familiar é o processo de socialização que tem os membros mais velhos da família como agente e os mais jovens como receptores. Nesse processo é transmitido a cultura familiar, seus valores e afetos, por meio das quais se fundamenta a constituição identitária desse microsistema.

Esse processo se constrói ao longo da existência dessa família, não tem um tempo fixo, se constitui da troca contínua de sentimentos, relações e conhecimentos, possibilitando a cada membro a internalização do sentimento de pertencimento.

O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa - de - força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar (SZYMANSKY, 2006, p. 27).

O desenvolvimento dessa prática está diretamente ligado a escolaridade dos pais/cuidadores, o que não descarta excelentes práticas educativas entre pessoas de nível socioeconômico desfavorável.

Como já foi apontado por Dubar (2005) o sucesso dos resultados das boas práticas não está diretamente ligada à estrutura socioeconômico da família, mas às regras flexíveis e as possibilidades de estímulo à aprendizagem, assim para tratar das relações, faz-se necessário analisar os dois contextos formativos em que o sujeito está inserido, considerando a interdependência existente.

Dessen e Polonia (2007) discorrem quanto à força que a escola tem que desenvolver para levar o aluno a superação, afirmam que, se o trabalho pedagógico for inovador e estimulante, o aluno poderá superar a negatividade do meio. Considerando a negatividade como a desestrutura socializadora da família.

O desenvolvimento ocorrerá mais plenamente se contar com a participação da família. Assim, estudar a influencia dos diversos contextos e sua inter relação no desenvolvimento da criança pode levar a identificação dos aspectos dificultadores que interferem e que impedem que as ações sejam colaborativas.

Aqui se encontra o ponto de convergência do estudo, as práticas educativas da escola e da família, que dividem a responsabilidade, têm a função de socialização e formação do indivíduo, porém diferem em estratégia e estrutura e se complementam. Essa relação poderia ser harmônica, porém há algumas divergências.

Dessen e Polonia (2007) afirmam que há uma crescente preocupação da parte das famílias em investirem no acompanhamento escolar dos filhos, utilizando-se de estratégias e controle das atividades escolares.

E a escola que cobra a participação da família, segundo Paro (2008) tem uma idéia fixa de que não há participação dos pais na gestão pública, de que a comunidade nem cogita a idéia de participar.

São pontos contraditórios, ambos têm ações que compartilham o mesmo objetivo, possuem estratégias que convergem, no entanto, não dialogam, mantêm-se cada qual no seu espaço.

Entretanto, os estudos de Paro (2008) apontam para hipóteses que tentam aproximar família e escola. Sugere que, do ponto de vista da família, há um "medo" do desconhecido, a maioria dos pais não tem noção das particularidades que envolvem as questões pedagógicas, assim não sabem até onde ou em que podem participar. Têm medo das represálias que supostamente a criança pode sofrer, caso ocorra algum atrito

entre os pais e o pessoal da escola. As pessoas, principalmente das camadas sociais mais baixas, têm receio da instituição escolar.

É possível inferir neste ponto da reflexão que, se há certo receio da família em participar da escola, também há uma grande necessidade da parte da escola que os pais estejam presentes na gestão e no acompanhamento da vida escolar do filho.

Bordenave (1989) oferece grande contribuição nos estudos sobre a importância da participação.

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, bem como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1989, p.16).

Se a participação oferece benefícios a todos os envolvidos no processo, para Bordenave (1989) há vários níveis de participação que depende das condições internas e externas que favorecem ou desfavoreça o envolvimento.

Para Szymansky (2010) a relação de parceria acontecerá quando houver um respeito mútuo entre os parceiros, despidos de preconceitos aceitando o que pode ser oferecido, na proporção que é possível.

O "fechamento" que a escola adotaria segundo Paro (2008), em sentido de qualquer participação, estaria ligado ao constrangimento que pessoas de camadas sociais menos favorecidas de se relacionar com pessoas com nível de escolaridade, nível econômico e status social acima dos seus. Aqui não ficou claro se a escola é quem fecha ou os pais sentem-se constrangidos. Talvez tenha que reestruturar o parágrafo .. Paro (2008) sinaliza que há um "fechamento" a participação das famílias na escola...

A respeito do distanciamento entre escola e família Szymansky (2006) afirma que ocorrem embates e lutas internas para estabelecimento de regras e ocupação de espaços, relações e processos visíveis e invisíveis, papéis instituídos e disciplinadores.

Os melindres dessa relação também são citados por Silveira e Wagner (2012) quando relatam o fato da família saber que seus filhos não têm um comportamento desejável pela escola e que, a equipe escolar identifica isso como ineficiência do papel socializador da família.

Havendo divergências entre as regras e valores propostos pela escola e pela família será difícil estabelecer o diálogo e por extensão a parceria. As cobranças efetivadas pela escola precisam encontrar eco na família, pois se a família não validar a

tomada de decisão da escola, o distanciamento será inevitável, dificultando ou rompendo o entendimento entre ambas.

A escola precisa olhar para si mesma e estender o olhar para a comunidade onde está inserida, Bezerra e Sena (2010) asseveram que desta forma a família vai olhar para a escola, reconhecer-se e estabelecer um sentimento de pertencimento. Dessa forma, a família passaria a participar nos momentos em que é convocada, e sentir-se-ia segura para estabelecer parceria com a escola.

Entedemos que encontrar o caminho para relações de parceria pode ser uma experiência significativa, resultando em melhorias nas interações humanas, no ensino, na preservação das instalações físicas e combate da violência dentro e fora da escola.

Pode ser a luz de um novo tempo na educação: aproveitamento das experiências familiares na construção do saber e das ações da escola. (BEZERRA, SENA, et al, 2010, p. 289).

Essa parceira na construção do saber e das ações da escola poderá assegurar não somente a melhoria da relação, tornando-a mais saudável, como atingir a melhoria na aprendizagem da criança, atingir melhores resultados no sistema educacional e interferir nas políticas educacionais.

## **CONSIDERAÇÕES**

O homem não vive em isolamento, direta ou indiretamente, precisa do convívio social, de sentir-se pertencente a um grupo, seja familiar, profissional ou social. Necessita de regras, normas e valores que dêem o direcionamento de como agir, garantindo a sua continuidade.

Os agentes de socialização que se inicia com a mãe, se ampliam aos demais integrantes da família, ampliando também o contato com o sistema social. É nesse início de processo socializador que a família passa a contar com a escola, considerando suas especificidades quanto a ser aquele que proporcionará à criança o contato com a produção de conhecimento da sociedade na qual está inserida.

Família e escola passam a partilhar o processo de socialização da criança, cada qual com seu conjunto de regras, normas e valores, aos quais também têm correspondência aos mecanismos punitivos.

A família idealizada pela escola, hoje, está reestruturada, recomposta, monoparental, conta com um adulto cuidador de quem é cobrada a participação das reuniões de pais, conselhos escolares, a acompanhar tarefas escolares. Pode-se inferir que as características familiares não estão levadas em consideração pela escola, que espera uma prática educativa da família que promova sucesso escolar.

A escola idealiza a família como se ainda fossem constituídas de pai, mãe e filhos, com tempo disponível para todas as vezes que esta os convocarem. Ressente-se pelo afastamento, tem que enfrentar sozinha as questões sociais que dentro da instituição se traduz com ações de enfrentamento e violência.

Os pais quando percebem as ações de transgressão praticadas pelos filhos sofrem e, por vezes, discordam das decisões da escola. Há distinção entre os valores das práticas educativas da família e da escola, são dissonantes, gerando pontos de tensão.

Uma relação difícil de estabelecer-se enquanto não olharem para si e para o outro. Encontrarão harmonia quando se vendo, perceberem o quanto são semelhantes e interdependentes.

Cabe à escola receber a comunidade para juntas estabelecerem ações conjuntas partindo do projeto educativo, propiciando momentos de reflexão para que a família se sinta pertencente ao contexto escolar, convidá-los a frequentar a escola em momentos agradáveis e não apenas para comunicar atos indisciplinados praticados pelos filhos.

A relação será harmoniosa quando estabelecerem limites objetivos e valores consistentes para as práticas educativas que cada uma tem como função.

A parceria possível entre a família e a escola poderá ser estabelecida quando houver da parte da escola um olhar particularizado para a família, considerando sua dinâmica e o nível de parceria que esta pode oferecer. Entre ambas o estabelecimento de relação harmoniosa, dividindo o papel de socializadora, cabendo à família a segurança e o afeto e à escola espaço de possibilidades para a aprendizagem cognitiva, afetiva e social, propiciando o desenvolvimento integral do indivíduo.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, J.M. **O efeito da família sobre o desempenho educacional da criança: uma análise do ensino fundamental brasileiro**. 2008. 76 f. Dissertação (Mestre em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, S.P. 2008. Disponível em:

<[www.teses.usp.br/teses/.../96/...28042008.../JulianaMariaAquino.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../96/...28042008.../JulianaMariaAquino.pdf)>,. Acesso em 26 mai 2012.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999,

BERTHOUD. C.M.E. (Org.). A Parentalidade ontem e hoje. In: \_\_\_\_\_ **Re-significando a Parentalidade: os desafios de ser país na atualidade**. Taubaté, São Paulo: Cabral, 2003.

BEZERRA, Z.F.; SENA, F. A.; et al. Comunidade e Escola: reflexões sobre uma integração necessária. **Educar**. Curitiba, PR., v. 43, n. 37, p. 279 - 291, maio - ago 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/12695> Acesso em 26 mai 2012.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação?** 6 ed. São Paulo: Brasiliense,1989.

**BRASIL**. Lei nº 6515, Brasília, D.F., 1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm) Acesso em: 16 abr 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF., 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: 16 abr 2012.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90. Brasília, DF., 1090. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acesso em: 16 abr 2012.

CARVALHO, M.E. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, SP. n. 110, p. 143 – 155. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a06.pdf>. Acesso em 02 abr 2012.

DESSEN, M.A.; POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**. Brasília, Distrito Federal, 2007, v. 17 , n. 36, p.21-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf> Acesso em 21 mai 2012.

DUBAR, C. **A Socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GATTI,B.A.; BARRETO, E.S.S.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. UNESCO. Brasília, D. F.: set 20011.

MOROZ, M. ;GIANFALDONI, M. Helena. et all. O processo de pesquisa : iniciação. Brasília : Plano, 2002. (Série Pesquisa em Educação v. 2).

OLIVEIRA, L.C.F. **Escola e Família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores**. Taubaté, SP: Cabral, 2002.

PARO, V.H. **Gestão Democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2008.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M.A. em Busca de uma Compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**. Maringá, PR. v.9,n.2, p. 303-312, out 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf> Acesso em 02 abr 2012.

SILVEIRA, L.M.O.B.; WAGNER, A. Relação família - escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. Itatiba, SP., (ABRAPEE). v.13, n. 2, p. 283 - 291, jul - dez 2009. Disponível em: < [www.scielo.br/pdf/pee/v13n2/v13n2a11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/pee/v13n2/v13n2a11.pdf) > Acesso em 26 mai 2012.

SZYMANSKY,H. Teorias e "Teorias" de Famílias.In: CARVALHO, M.C.B.C. (Org.) **A Família Contemporânea em Debate**. 7 ed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003, p. 23 - 27.

SZYMANSKY, H. **A Relação Família/Escola: desafios e perspectivas**. 2 ed. Brasília, DF: Liber, 2010

SZYMANSKY, H. Práticas Educativas Familiares e o Sentido da Constituição Identitária. **Paidéia**. Ribeirão Preto: SP, 2006, v. 16, n. 33, p. 81 - 90, jun 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n33/11.pdf> Acesso em 14 mai 2012.